

DIEESE – Subseção APCEF/SP

Informe semanal – nº 172 – 29 de junho de 2018

Orçamento da União

O orçamento da União, meio de distribuição dos tributos, é aprovado a cada ano pelo Congresso Nacional. Em 2018 estão previstos dispêndios de R\$ 3,5 trilhões. No orçamento há que se respeitar, naturalmente, a ordem constitucional de gastos mínimos em prioridades, o que nem de longe significa o suficiente a qualquer uma delas. Comparando-se o último ano dos três últimos governos, a destinação à Previdência Social sofreu pequena redução. Educação e Saúde registraram pequeno crescimento. A função Encargos Especiais – transferências a estados e municípios e serviço da dívida da União – foi a de maior variação: subiu 3 pontos.

Tabela 1 – Orçamento da União – principais funções

Função orçamentária (*)	2010	2014	2018
Previdência Social	28,9%	29,3%	28,3%
Assistência Social	3,5%	4,2%	3,6%
Saúde	5,5%	5,6%	5,0%
Educação	4,3%	5,6%	4,7%
Segurança Pública	0,9%	0,5%	0,5%
Encargos especiais	40,4%	39,7%	43,4%
demaís	16,6%	15,2%	14,6%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

(*) *porcentual do orçamento total. Em todas as rubricas, incluem-se recursos destinados à prestação de serviços e custeio administrativo.*

Naco maior para a rolagem da dívida.

Reiteradas vezes se alega a necessidade de reforma da previdência. Além de regras benevolentes, segundo alguns, da previdência brasileira, ela representa o maior gasto orçamentário no país permanentemente deficitário. A Previdência é, de fato, o maior gasto, mas gasto primário, que é a forma contábil de se denominar todo o dispêndio, exceto juros da dívida pública. Aliás, a meta de superavit primário é o compromisso, junto ao mercado, de redução do dispêndio primário para que sobre recursos para a dívida. Em 2017, sem alteração significativa em relação a orçamentos anteriores, juros, amortização e refinanciamento levaram quase 40% de todos os valores empenhados no orçamento. Benefícios previdenciários ficaram com 21,1%.

Tabela 2 – Dispendio da União - valores empenhados em 2017 – rubricas destacadas

Valores empenhados (Em milhões R\$)	Em bilhões	Rubrica/ total empenhado
Pessoal e encargos sociais	R\$ 304,8	11,8%
Transferência a Estados, DF e Municípios	R\$ 320,0	12,4%
Benefícios Previdenciários	R\$ 545,7	21,1%
Demais despesas correntes	R\$ 311,0	12,0%
Investimentos	R\$ 45,1	1,7%
Inversões financeiras	R\$ 70,9	2,7%
Subtotal	R\$ 1.597,5	61,8%
Juros e encargos da dívida	R\$ 203,2	7,9%
Amortização da dívida (exceto refinanciamento)	R\$ 320,8	12,4%
Amortização da dívida (refinanciamento)	R\$ 462,6	17,9%
Subtotal	R\$ 986,6	38,2%
Total empenhado em 2017	R\$ 2.584,2	

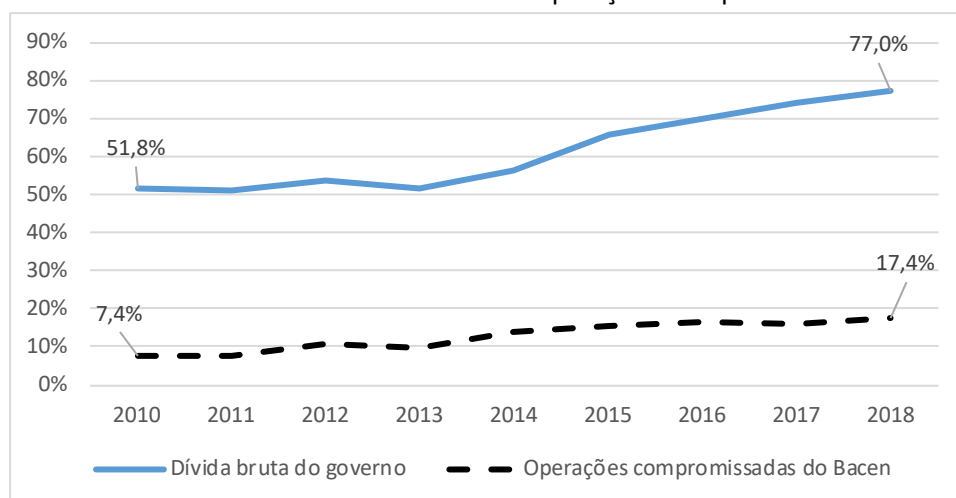
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

A dívida que os credores não querem liquidada

Dívida Pública não é, necessariamente, ruim. Países ricos devem muito. Em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB), a dívida do Japão equivalia, em 2017, a 250%, e a dos Estados Unidos, 105,5%, para citar apenas dois. Ruim é que no Brasil, de taxa de juros reais entre as mais elevadas do mundo, a dívida se alimenta de si mesma. Para coibir a oferta de crédito, Títulos do Tesouro são oferecidos a instituições financeiras em troca da sobra de caixa diária e por elas resgatados no prazo que lhes convém. São as “operações compromissadas”, que de 2014 a 2017 custaram R\$ 450 bilhões, segundo a ONG Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Representam 17% do PIB. É dinheiro tomado emprestado pelo Tesouro para investir em nada. Esse é um dos fatores de a dívida brasileira crescer significativamente em relação a um PIB em constante encolhimento.

Gráfico 1 – Dívida Pública Total e Dívida em Operações Compromissadas em relação ao PIB (*)



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

(*) dezembro de cada ano e, para 2018, dados de maio.